Conlutas
FENAJUFE
Jornal do Judiciário
SINTRAJUD
nossa luta faz acontecer

Sexta-feira, 19 de junho de 2009 - Número 350 - 13.000 exemplares - Órgão Oficial do Sindicato dos Trabalhadores do Judiciário - www.sintrajud.org.br - (11) 3222.5833

Plenária da Fenajufe aprova anteprojeto do Plano de Carreira e calendário de lutas

Nesta edição, encarte especial sobre as principais propostas do Plano de Carreira aprovadas na XV plenária da Fenajufe, realizada de 5 a 7 de junho, em Manaus

EDIÇÃO ESPECIAL



Hélio Souza - Fenajufe

Servidores de todo o Brasil no último dia da Plenária

Repressão na USP

Tropa de choque reprime violentamente o ato pacífico de funcionários, docentes e estudantes da USP; nesta quinta, grevistas fizeram outra manifestação - *Página 04*



Wladimir Aguiar

Protesto no dia 9 que deixou feridos

Assembléia na PW



Jesus Carlos

Em um momento ímpar na categoria, terceirizados e servidores param suas atividades para debater melhores condições de trabalho - *Página 03*

Eleição de base

Sintrajud adia eleição da Diretoria de Base, veja edital - *Página 02*

Sintrajud ganha ação dos 13,23%

Decisão reconhece direito ao reajuste retroativo a 2003 aos associados do Sindicato que autorizaram o ingresso da ação - *Página 03*

Opinião do Sintrajud

O que há por trás da CPI da Petrobras?

Embora reconhecida pela Management & Excellence, em 2008, como a petroleira mais sustentável do mundo e considerada referência mundial em ética, a Petrobras virou alvo de investigações numa CPI.

Um decreto de FHC, em 1998, deu à petroleira o "direito" de fazer contratações, para algumas obras, sem licitações. Atualmente com 240 mil contratos, a estatal ainda patrocina ONGs e festas juninas municipais – sobretudo no nordeste - contemplando prefeituras do DEM (18), do PT (11), do PMDB (10) e do PSDB (7) e PP (7).

O contrato de maior valor assinado pela Petrobras com uma ONG em 2008 beneficiou a organização Movimento Brasil Competitivo (MCB) com R$ 16,1 milhões. Criada em 2001, a MCB é mantida por 64 empresas públicas e privadas, cujo conselho superior é composto por quatro ministros e representantes das empresas. Entre os conselheiros estão Sérgio Gabrielli (presidente da Petrobras) e a ministra Dilma Rousseff (Casa Civil).

Além disso, reportagem da Folha de S. Paulo, de domingo 14, revelou que as produtoras de vídeo Movimento e M&V Produções, com ligações com o PT há ao menos cinco anos, receberam R$ 4 milhões da Petrobras, em 2008, em projetos sem licitação, autorizados por Geovane de Morais, ex-gerente de Comunicação da área de Abastecimento, demitido por justa causa em abril passado por suspeita de desvio de recursos nos contratos sob sua responsabilidade.

A produtora Movimento cresceu vertiginosamente após Geovane assumir a gerência em 2004. Ela foi comprada por R$ 1.000 em 2003, em 2005 valia R$ 90 mil e em 2007, após a eleição de Jaques Wagner (PT) para o governo da Bahia, registrou a soma de R$ 500 mil. As produtoras trabalharam na campanha de Jaques Wagner e pelo menos na de mais duas prefeituras petistas.

Mesmo assim, a CPI da Petrobras não definiu um objetivo e foi criada mais para tentar desgastar a imagem do governo Lula, visando as eleições de 2010, do que para ir fundo nas contratações da estatal.

Na ponta de lança está o PSDB, que possui a relatoria da CPI das ONGs, investigando o repasse de verbas federais a organizações não governamentais.

Os governistas tentam blindar o presidente, exigindo a saída do Senador Arthur Virgílio (PSDB-AM) da relatoria da CPI das ONGs, posto assumido depois que o Senador Inácio Arruda (PCdoB-CE) foi para a comissão que pretensamente investigará a Petrobras.

Também visando às eleições, Lula e seus aliados tentam impedir um escândalo que, segundo prometem alguns parlamentares, fará o Mensalão parecer "fichinha". Para garantir o total controle das CPIs, o PT não fez restrições ao PMDB, que o quer fora da eleição de ao menos dez estados e apóie as suas indicações, além de cargos estratégicos na Petrobras, segundo publicou a revista Carta Capital.

Essas disputas de bastidores demonstram que as irregularidades dos contratos da Petrobras só podem vir à tona, se os trabalhadores petroleiros e a população em geral assumirem a investigação e o controle da empresa, que deve ser totalmente estatizada. Somente dessa forma, a Petrobras estará a serviço da classe trabalhadora e dos brasileiros.

Idéias

Um pouco mais órfãos

* Démerson Dias

O espírito dela era tão forte
Odair Cabeça de Poeta – Minha mãe

Mildres Gomes Santiago virou encanto de vez. Se tentasse não conseguiria conter a emoção de dizer algumas palavras a seu respeito.

Poucos de nós tiveram o privilégio de conhecê-la. Não vou me preocupar com a responsabilidade que é comentar esse encantamento. Facilita muito essa tarefa que a única pretensão da Mildres era colaborar. Não me lembro de presenciar qualquer traço de vaidade ou presunção, mesmo quando tentava transpor as expectativas de um país do passado para os dias de hoje.

É surpreendente sua capacidade de fazer reparos nas nossas ações de forma positiva. Não fazia críticas, dava sugestões. Muitas. Parece que tinha respostas pra tudo, mas surpreende é a falta absoluta de arrogância.

Como disse, talvez falasse de um mundo que ainda respeitava algo da humanidade das pessoas. Mas ela me parecia incapaz de fazer uma crítica que não fosse vestida de sugestão, ponderação ou conselho.

Algo quase soberbo se pensamos na arena política do país, à direita ou à esquerda em que criticar é mais importante que ter algo a dizer.

Um vigor igualmente notável e absolutamente incansável. Entre os diretores era preciso nos revezarmos para atendê-la, sempre preocupada com o andamento das coisas e a capacidade de ponderar sobre elas era impressionante.

Pensar no espaço que Mildres ocupa em nossos corações e mentes me convence que valores individuais são imprescindíveis para a transformação da realidade. Ela não estava na linha de frente, mas sua disposição em colaborar era obstinada.

Há muito tempo não a ouvia, sua ida para Rio Claro nos privou de sua presença, tão forte quanto suas palavras. Soube que mantinha sua rotina de contatos com o sindicato, algo que por si só já mereceria mais que reconhecimento, louvor.

Seu zelo com nossa organização superava a formalidade das relações sociais. Zelava por nós como uma mãe aos filhos e como era bom sentir-se querido e acolhido pela Mildres. Na correria da militância e sem disponibilidade para as conversas constantemente longas, eu a ouvia impressionado. Como era possível alguém aparentemente tão distante do mundo atual da militância sindical ter tanto a considerar e mais ainda ter tamanha consideração e carinho.

Encantada Mildres, sua inspiração não morre.

**** Démerson Dias é diretor do Sintrajud e servidor do TRE***

IDÉIAS - textos para esta seção devem ser enviados por email para imprensa@sintrajud.org.br, contendo no máximo 2.000 toques. Textos com excesso de caracteres serão reduzidos a critério da edição.

Frases

De Hoje:

"Eu não menti, mas fico impotente por não ter como provar. Nem todos os atos foram assinados por mim. Me escolheram como bode expiatório dessa história", ***Agaciel Maia,*** ex-diretor do Senado, sobre ter dito que não havia atos secretos no Senado.

"Não consigo entender. Por que o PMDB exigiria que o PT não tenha candidato em dez Estados? Em nome de quê isso?", ***Raul Pont,*** ex-prefeito de Porto Alegre pelo PT, sem entender as alianças políticas que a direção de seu partido tem feito para barrar a CPI da Petrobras e eleger Dilma Rousseff em 2010.

"Tenho mais medo de Berlusconi do que da guerrilha", ***Antonello Zappadu,*** fotógrafo que flagrou pessoas nuas numa festa do primeiro-ministro da Itália, Silvio Berlusconi.

"Estamos num retrocesso", Senadora ***Marina Silva,*** sobre a aprovação da MP 458 que legaliza terras griladas na chamada Amazônia Legal.

De Ontem:

"Mas a ambição do homem é tão grande que, para satisfazer uma vontade presente, não pensa no mal que daí a algum tempo pode resultar dela". ***Nicolau Maquiavel***

FOTO DA SEMANA



Protestos denunciando fraude nas eleições no Irã são os maiores em 30 anos. O presidente reeleito aumentou a repressão nos últimos dias.

Adiamento das Eleições para Diretoria de Base do Sindicato dos Trabalhadores do Judiciário Federal no Estado de São Paulo – Sintrajud.

AOS ASSOCIADOS DO JUDICIÁRIO FEDERAL NO ESTADO DE SÃO PAULO.

A Diretoria Executiva, em cumprimento ao Estatuto Social da Entidade, no dia 25 de maio de 2009, publicou em seu veículo oficial, o Jornal do Judiciário número 347, o EDITAL DE ELEIÇÃO, convocando os seus associados a participarem do processo eleitoral para Diretoria de Base. Também, prorrogou o prazo de inscrição em mais 10 (dez) dias, de 08 a 17 de junho, em atendimento à solicitação da categoria.

No entanto, até a presente data, o sindicato recebeu apenas 19 inscrições para 82 vagas.

Considerando que a direção executiva desta entidade entende que o fortalecimento da nossa luta sindical acontece também a partir da organização dos dirigentes de base, seja na luta cotidiana, na democratização e acima de tudo na condução política de nossa entidade sindical, decide:

SUSPENDER O PROCESSO ELEITORAL DA DIREÇÃO DE BASE, o qual será reconvocado em 45 (quarenta e cinco) dias, a contar de 17/6/2009.

VALIDAR todas as inscrições realizadas nos 02 (dois) períodos, ou seja, de 25 de maio a 03 de junho ou de 08 a 17 de junho, para o próximo período em que serão reconvocadas as Eleições.

São Paulo, 18 de junho de 2009.

Démerson Dias
Coordenador Geral

Leica Claudio Silva
Coordenadora Geral

Vitória

Sindicato ganha ação dos 13,23%

Decisão reconhece direito ao reajuste retroativo a 2003 aos associados que autorizaram o ingresso na ação

Saiu a decisão da ação dos 13,23% protocolada pelo Sintrajud em 2007. Ao todo 3.185 servidores sindicalizados autorizaram o Sindicato a promover a ação em seus nomes. Agora eles terão direito ao reajuste de remuneração no índice correspondente à diferença entre os 13,23% e o índice que receberam a partir de 01/05/2003, conforme a decisão, porém a União ainda pode recorrer.

Segundo a decisão da juíza da 12ª vara cível de São Paulo, Elizabeth Leão, o reajuste deverá incidir sobre todas as parcelas remuneratórias que lhes forem devidas. A decisão ainda condena a União ao pagamento das diferenças remuneratórias nas parcelas vencidas e vincendas, com o acréscimo de correção monetária e juros.

Vale lembrar, porém, que a decisão é de primeira instância e portanto ainda cabe recurso por parte da União e mesmo que ela não recorra, o processo será remetido ao TRF. O servidor irá receber quando o processo tiver trânsito em julgado favorável.

Para o diretor do Sintrajud e da Fenajufe, Antonio Melquíades, o Melqui, a decisão favorável é uma primeira vitória da categoria: "Essa é mais uma batalha vencida pelo Sintrajud, continuaremos lutando até o resultado final".

Segundo Melqui, a decisão desmascara a farsa do governo federal que, na prática, concedeu reposição da inflação do período apenas para uma pequena parte dos servidores federais, desrespeitando a Constituição Federal.

"O reconhecimento judicial deixa claro o pouco caso do governo com a nossa data-base, burlando, inclusive, a CF, com reajustes fictícios e diferenciados", afirmou.

Condições de trabalho

Assembléia decide ampliar luta por melhorias na PW

Na quarta-feira 17, servidores e terceirizados decidiram intensificar a campanha por melhores condições de trabalho, pela redução da jornada e pelo pagamento de adicional de insalubridade, no galpão da PW.

Foi eleita uma comissão para junto com o Sindicato cobrar soluções da presidência do TRF3 numa audiência. Na ocasião, será apresentado o requerimento pela jornada de 6 horas e entregue um abaixo-assinado, ambos aprovados na assembléia. Nesse dia será realizado um ato em frente ao Tribunal.

Outra decisão foi que o Sindicato cobre uma resposta ao requerimento protocolado em abril de 2008 reivindicando o pagamento de adicional de insalubridade, constatada em uma perícia do Sintrajud em 2008.

"Queremos que o tribunal tome providências para eliminar a insalubridade e melhorar as condições de trabalho, entretanto, é direito do trabalhador receber o adicional de insalubridade. E reduzir a jornada permite menor exposição dos trabalhadores àquela situação", afirmou Angélica Olivieri, diretora do Sintrajud.

Jesus Carlos



Diretora Cecília pereira fala na assembléia

RAIO X

Com mais de 40.000 m² e aproximadamente 1,7 milhão de processos arquivados (TRF e JF), o galpão funciona como depósito desde 1995. Lá trabalham cerca de 95 terceirizados em sete empresas de limpeza, segurança e manutenção. Com salários que quase nunca passam dos R$ 500, os terceirizados sofrem mais com a precariedade, pois chega a trabalhar mais de 10 horas diárias.

Participe do Concurso de Fotografia

Estão abertas as inscrições para o 1º Concurso de Fotografia do Sintrajud, com o tema "Lugares". Podem participar todos os sócios do Sindicato com inscrição de até duas fotos, coloridas ou em preto e branco.

De acordo com o regulamento, as fotos precisam ser originais e inéditas, obtidas com máquinas digitais ou analógicas e devem ser impressas em papel fotográfico tamanho 20X25cm.

Os três primeiros colocados serão premiados com máquinas fotográficas Sony, além de participar do calendário 2010 do Sintrajud, participação que se estende aos 14 primeiros colocados.

Qualquer dúvida e maiores informações entre em contato com o Departamento Sociocultural, das 10h às 20h: (11) 3222-5833.

NOTAS

Servidores protestam contra PLP 92/07 e em defesa do serviço público - Nesta quarta 17, em Brasília, cerca de três mil servidores públicos federais de todo o Brasil realizaram um protesto na Esplanada dos Ministérios contra o projeto, de autoria do Poder Executivo, que permite fundações estatais de direito privado em todas as áreas de serviços públicos essenciais. Atualmente encontra-se pronto para ser votado pelo plenário da Câmara. Na prática, ele permite ao Estado passar a instituições empresariais a prestação dos serviços. "Trata-se de um projeto de desmonte do Estado e abre precedente para fundações também no Judiciário", disse Cláudio Klein, diretor da Fenajufe, que participou do ato.

Abaixo-assinado contra construção de prédio do TRF/JF - Moradores da região do Itaim Bibi e o conselho gestor do Parque do Povo estão coletando assinaturas contra a construção de um prédio ao lado do parque que abrigaria todos os fóruns da JF e o TRF. No início de março, a presidente do TRF, desembargadora Marli Ferreira, recebeu a doação de uma área ao lado do Parque do Povo, no Itaim Bibi, doada pela Caixa Econômica Federal e o INSS. Mas a proposta, que já havia sido criticada por servidores por conta da localização da área, também não agradou aos moradores da região. O principal motivo alegado é o trânsito. "A construção aumentaria muito a quantidade de veículos e o trânsito já é caótico, não comporta", diz Helcias Bernardo de Pádua, membro do conselho gestor e presidente do Grupo de Memórias do Itaim Bibi.

Associados podem ter plano de telefonia com desconto - Servidores associados podem aderir ao novo convênio do Sindicato. O preço é o principal atrativo. O custo das ligações para qualquer ligação no mesmo DDD (celulares de qualquer operadora e fixos) sai por apenas R$ 0,15 o minuto. Cada sócio pode solicitar até três linhas. É possível também aderir ao plano com acesso à internet e serviço de internet sem fio. Veja todas as informações em www.sintrajud.org.br.

Jurídico

Sintrajud requer aposentadoria especial para agentes e oficiais

Servidores pdem se filiar ao Sintrajud e ser representado na ação

Oficiais de justiça, agentes de segurança, servidores que trabalham em condições insalubres ou de periculosidade e portadores de necessidades especiais podem ter direito à aposentadoria especial. O Sintrajud irá reivindicar esse direito aos seus filiados, através de mandado de injunção que será ingressado junto ao STF.

A Constituição Federal garante a aposentadoria especial para pessoas que trabalhem em condições especiais e atividades de risco. Para esses trabalhadores o tempo de serviço exigido para aposentadoria é reduzido. "Como não há lei que regulamente a questão, o mandado de injunção é cabível", explica o advogado do Sintrajud César Lignelli.

Alguns sindicatos do país já ingressaram com o mandado de injunção e obtiveram decisões favoráveis, por exemplo, o sindicato dos servidores do Judiciário do Paraná. Para fazer parte da ação, sem qualquer custo, é preciso ser associado ao Sintrajud.

Repressão

Com PM na USP, governo de SP ataca movimento grevista

Professores, alunos e funcionários repudiam ação truculenta da PM; nesta quinta, passeata saiu da Av. Paulista e foi até a Faculdade de Direito

Os manifestantes corriam para fugir das bombas de gás lacrimogêneo e dos tiros de escopeta calibre 12 com balas de borracha. A tropa de choque, com seus policiais armados, de cacetetes nas mãos, também corria, mas para dar mais disparos e fazer calar as vozes dos que protestavam. Embora lembre os tempos da ditadura, isso aconteceu na semana passada, no dia 9, na Universidade de São Paulo.

O protesto reuniu cerca de dois mil estudantes, professores e funcionários das três universidades paulistas (USP, Unesp e Unicamp). Segundo os organizadores do ato, era um protesto pacífico. Os participantes seguravam flores para demonstrar isso.

A repressão aconteceu no final do ato, que, inclusive, denunciou a intransigência da reitoria ao impor a presença da PM na universidade para acabar com piquetes dos grevistas. Além disso, os manifestantes exigiram a retomada das negociações com o Cruesp (Conselho de Reitores das Universidades Estaduais Paulistas), a renúncia da reitora, Suely Vilela, e eleições diretas para a reitoria. "É inaceitável. Em vez de negociar, de dialogar, a reitoria chama a polícia", disse o professor Otaviano Helene, presidente da Adusp durante o protesto. As negociações foram interrompidas no dia 25 de maio, quando o Cruesp impediu os representantes do Fórum das Seis (que representa alunos, professores e funcionários das três universidades) de entrar na reunião.

Os policiais no campus têm causado indignação e, para os manifestantes, representa um ataque à organização sindical. Os funcionários da USP estão em greve há mais de um mês e professores e alunos pararam contra a presença da PM no campus, além de outras reivindicações.

Orçamento

Projeção de gastos na Justiça Militar revela saldo expressivo

Estudo levantou gastos com pessoal ativo, inativo e pensionistas, além da Contribuição da União à Previdência dos Servidores

O Departamento Econômico do Sintrajud estimou os gastos da Justiça Militar com servidores ativos, inativos e pensionistas para 2009, prevendo um saldo expressivo para o pagamento de pessoal.

Em relação aos servidores ativos, o estudo partiu dos valores liquidados em março e abril e concluiu que a média de gastos com salários é de R$ 8,1 milhões.

Ao projetar essas despesas ao longo do ano (considerando valores de 1/3 de férias, de sentenças judiciais e de despesas de exercícios anteriores) o estudo estimou o gasto de R$ 110 milhões. Como o orçamento autorizado para 2009 é de R$ 120,7 milhões, prevê-se o saldo de R$ 10,5 milhões, ou 129% de uma folha de pagamento.

No que diz respeito aos inativos, o estudo usou os mesmos métodos e estimou que neste ano a JM terá um saldo de R$ 3,7 milhões, 40,8% de uma folha de pagamento.

O estudo também verificou o saldo da "Contribuição da União e suas Autarquias e Fundações para o custeio do regime de Previdência dos Servidores Federais", que é proporcionalmente menor do que o gasto com os ativos, que em maio foi de 29,6%.

De acordo com Washington Moura Lima, coordenador do Departamento Econômico, para 2009, há um orçamento de R$ 22,9 milhões, sendo que em maio foram liquidados R$ 5,8 milhões, ou 25,4%, portanto, "a perspectiva é de que haja uma margem também nesse caso".

O levantamento lembra que no final do exercício poderá haver novos recursos, com a vinda de créditos suplementares. Portanto, criando novas possibilidades de quitação de dívidas aos servidores.



Wladimir Aguiar

Tropa de choque e manifestantes em frente à reitoria da USP

Teatro

Sintrajud promove Encontro Dramático, Poético e Musical no dia 26/6

No evento o grupo de teatro do Sindicato, o Erga Omnes, apresentará a esquete "Uma jornada de humilhações"

No dia 26, sexta-feira, o Sintrajud prepara uma atividade no auditório do Sindicato (R. Antonio de Godoy, 88 – 15º andar), a partir das 19h, que irá unir teatro, música e poesia. O grupo Erga Omnes, formado por servidores que participaram do curso de teatro promovido pelo Sintrajud no ano passado, fará uma apresentação especial.

Depois de aulas e ensaios, o grupo estreou em outubro com a esquete "Uma jornada de humilhações", durante a Semana do Servidor Público no auditório do Fórum das Execuções Fiscais.

A peça é baseada nos relatos dos servidores sobre situações de assédio moral presenciadas nos tribunais. O grupo reapresentará a peça no Encontro Dramático, Poético e Musical. Segundo Jairo Maciel, diretor do grupo e professor do curso de teatro do Sindicato, a esquete foi ampliada: "Está bem melhor, mais estruturada e ganhou uma nova roupagem, com mais cenas".

Além da apresentação do grupo, que será às 20h30, o público poderá interagir e expressar suas veias artísticas, seja declamando um poema, cantando ou tocando um instrumento musical.



Kit Gaion

Apresentação no Fórum das Execuções

CURSO DE TEATRO DO SINDICATO ESTÁ COM INSCRIÇÕES ABERTAS PARA ALUNOS NOVOS

Todas as terças-feiras, das 20h às 22h, acontecem as aulas de teatro no Sindicato. Para participar é só comparecer no horário da aula no Sintrajud (R. Antonio de Godoy, 88 – 15º andar). De acordo com o professor Jairo Maciel, qualquer pessoa pode fazer o curso. Ele explica que se trata de uma atividade prazerosa, onde as pessoas se divertem, trocam e passam a refletir sobre o mundo. "Primeiro exploramos jogos dramáticos e o trabalho corporal. Depois dessa etapa, os alunos passam a interpretar cenas do cotidiano a partir da improvisação".

Para Jairo, o curso tem tido um "resultado excelente". No ano passado o curso resultou na formação do grupo Erga Omnes, que continua ensaiando todas as semanas no Sintrajud. Em dezembro, o grupo apresentou o musical "Nas sombras da cidade", inspirado em situações cotidianas. "No final do curso, os novos alunos estarão preparados para entrar no grupo", diz Jairo.

* O curso é gratuito para sócios do Sindicato.

Jornal do Judiciário
Órgão Oficial do Sindicato dos Trabalhadores do Judiciário Federal no Estado de São Paulo

DIRETORIA: Ana Luiza de Figueiredo Gomes; Ana Maria Fevereiro; Antonio Carlos Correia; Antonio dos Anjos Melquiades; Cláudio Soares Correa; Cleber Borges de Aguiar; Démerson Parreira Galvão Dias; Eliseu da Silva Trindade; Erlon Sampaio de Almeida; Inês Leal de Castro; Jorge Costa; Leica Cláudio Silva; Luis Fernando Pasin; Maria Angélica Olivieri; Maria Cecília Pereira; Marcelo Penna Kagaia; José Carlos Sanches.

Sede: Rua Antonio de Godoy, 88/16º - São Paulo/SP - CEP 01034-000 - tel. (11) 3222 5833 - fax 3225 0608 - e-mail: sintrajud@sintrajud.org.br / **Subsede Baixada Santista:** R. Proost de Souza, 35 - Santos/SP cep 11040-090 - e-mail: sintrajudsantos@uol.com.br - tel. (13) 3238 3807 / **Subsede Barra Funda:** R. Marquês de São Vicente, 235 - 19º and. - Bl. B - B. Funda/SP - cep 01139-001 - e-mail: subbarrafunda@sintrajud.org.br tel. (11) 3392 3728 / 3525 9672 **Editora:** Jocilene Chagas **Jornalistas:** Adriana Delorenzo e Carlos Eduardo Batista **Colaborador:** Hélcio Duarte Filho **Diagramador:** Gustavo Ferreira **Tiragem:** 13.000

CARREIRA

caderno especial

Categoria elege seu Plano de Carreira

Após meses de debate em todos os estados, os servidores aprovam o anteprojeto de Carreira, que deve ser a principal luta para o próximo período.

A XV Plenária Nacional da Fenajufe, realizada de 5 a 7 de junho em Manaus, aprovou o anteprojeto de Plano de Carreira, que será reapresentado na Comissão Interdisciplinar (formada por nove representantes dos tribunais superiores e dois dos servidores), que discute a implantação de um Plano de Carreira para o Judiciário.

Após a aprovação do anteprojeto, agora começa a mobilização da categoria para garantir que essa reivindicação histórica seja atendida. Para o diretor do Sintrajud Antonio Melquiades, o Melqui, "os delegados e observadores voltaram para seus estados com a certeza de que terão muita luta pela frente, mas já estamos acostumados, todas as vitórias que obtivemos até aqui foram fruto de muita luta e organização da categoria".

A apresentação da proposta do GT da Fenajufe foi feita pelo diretor do Sintrajud e o responsável pela sistematização do anteprojeto, Démerson Dias. O GT foi criado na XIV Plenária Nacional da Fenajufe, realizada em Recife, em abril do ano passado.

Entre as propostas aprovadas que alteram o plano elaborado pelo GT estão a aplicação da GAJ no quarto cargo, a retirada do dispositivo sobre avaliação de desempenho e a criação dos cargos de inspetor e agente de segurança.

O valor das FC´s também foi polêmica, mas os servidores decidiram, com uma votação apertada (44 a 43), manter a proposta original do GT, que reduz o número de FC´s e mantém as CJ´s.

Para Démerson, apesar das dificuldades para sistematizar as propostas apresentadas pelos diversos sindicatos do país, o Plano de Carreira dos servidores é um marco na luta por melhores condições de vida e trabalho do servidor do Judiciário Federal. "Como sempre cabe à categoria a palavra final, e sobretudo a capacidade de luta para garantir que esse projeto vire realidade", ressaltou.

Ao final da plenária, foi aprovado também um plano de lutas para organizar a mobilização dos servidores e garantir a aprovação do projeto.



Rosane Vargas

Delegação do Sintrajud na XV plenária da Fenajufe

Elaboração do Plano de Carreira é resultado de muitos anos de trabalho

1991
Sintrajud e servidores de São Paulo iniciam o debate sobre Carreira.

2004
Foi eleborado um projeto de Plano de Carreira.

2007
6º Congresso da Fenajufe, em Gramado (RS), decide que os servidores não aceitariam mais PCSs; a luta deveria ser por um Plano de Carreira que atendesse os anseios da categoria

2008
Abril: Durante a XIV Plenária da Fenajufe, em Recife (PE) é realizado o 1º Encontro Nacional sobre Carreira e criado o Grupo de Trabalho da federação. A partir daí, durante todo o ano foram realizadas atividades nos estados para debater propostas.

Agosto: Fórum sobre Carreira do Sintrajud reúne as propostas de São Paulo debatidas em assembléias em todos os locais de trabalho. Propostas de todos os estados são levadas ao Seminário Nacional de Carreira.

Novembro: Reunião ampliada da federação aprova diversas propostas para o Plano, deixando sob responsabilidade do GT a sistematização. Criada Comissão Interdisciplinar para discutir o Plano de Carreira do Judiciário.

2009
GT trabalha na sistematização das propostas. São Paulo, Bahia e Distrito Federal apresentaram projetos completos de Plano de Carreira os demais estados apresentaram propostas pontuais.

Junho: O Anteprojeto de Plano de Carreira foi apresentado e votado na XV Plenária e a partir de agora a luta é para garantir a sua aprovação no Congresso Nacional e depois a implantação.

Veja as propostas de alteração ao anteprojeto do GT que foram apresentadas na Plenária

Avaliação de desempenho gera polêmica; substitutivo é retirado do projeto

Hélio Souza - Fenajufe



Démerson apresenta proposta do GT sobre Plano de Carreira

A principal polêmica no debate sobre a Carreira foi a proposta de avaliação do GT de Carreira. Após uma discussão acalorada, os delegados aprovaram, por 86 a 69, a retirada de dispositivos sobre a avaliação de desempenho. O texto aprovado foi apresentado pela diretora do Sintrajuf/PE Kátia Saraiva e defendido pela diretora do Sintrajud Ana Luiza Figueiredo.

Para Ana Luiza, a proposta do GT não tinha o objetivo de estabelecer uma avaliação para punição, entretanto, poderia vir a ser utilizada para perseguir e demitir os trabalhadores do Judiciário.

"Não podemos aceitar que o nosso Plano de Carreira tenha um dispositivo que possa punir os servidores. Se o servidor tiver três negativas ele poderá ser demitido, com uma fórmula contida em nosso Plano", afirmou Ana Luiza.

Os coordenadores da Fenajufe Pedro Aparecido (presidente do Sindjufe/MT) e José Oliveira (diretor do Sintrajufe/RS) fizeram a defesa contrária à proposta de resolução. "Isso [avaliação de desempenho] já vem sendo implementada pelos tribunais. Então precisamos garantir uma proposta que seja democrática para a relação de trabalho", afirmou Zé.

Para o diretor do Sintrajud Demerson Dias, a preocupação dos servidores que foram contra a proposta contida no projeto não tem fundamento: "Houve um engano considerável na plenária, pois não existia mais a avaliação de desempenho no projeto. Se houvesse seria um sinal de incompetência do GT. A Avaliação Diagnóstica proposta tinha o papel de incluir a opinião dos servidores em todos os processos de organização da carreira. O confronto com a realidade terá que dar solução para esta questão."



A diretora Inês na Plenária

A proposta do GT sobre avaliação era a seguinte: "avaliação diagnóstica – um sistema de acompanhamento organizativo e motivacional de caráter pedagógico, contínuo e não punitivo, em que o servidor é submetido à avaliação de seus pares, superiores e subordinados".

Foi aprovado o seguinte texto: *"A experiência dos servidores federais com indicadores de desempenho foi um desastre. A vinculação de salários e gratificações a índices de produtividade serviu somente para aumentar a pressão sobre os servidores e acabar com a paridade entre ativos e aposentados. Além disso, o projeto 248/98 indica onde leva esta medida; abre as portas para a demissão no serviço público. Desta forma, a Fenajufe entende que a avaliação dos servidores não deve estar ligado nem a salário e gratificações e nem à progressão da carreira. Por isso, não deve fazer parte do nosso Plano de Carreira".*

Aplicação da GAJ para o cargo de Auxiliar de Apoio (aprovado)

Como forma de acabar com a terceirização no Judiciário, que se manifesta, principalmente, nos serviços de apoio, os delegados aprovaram proposta para que o GT inclua no anteprojeto do Plano de Carreira dispositivo determinando que os servidores do novo cargo a ser criado tenham a mesma tabela que os demais e também recebam a GAJ.

"Não é possível, dentro de uma Carreira que pretende ser única, permitir uma situação como essa. Todos devem estar em pé de igualdade dentro da carreira, com os mesmos direitos, pois se permitirmos essa formulação, mais tarde haverá uma insatisfação desse setor que teremos que resolver", afirma a resolução apresentada pela coordenadora da Fenajufe Jacqueline Albuquerque e aprovada pelos delegados.

Criação dos cargos de inspetor e de agente de segurança (aprovado)

Os delegados da XV Plenária da Fenajufe também aprovaram resolução incluindo, no Plano de Carreira, mais dois cargos: o de inspetor de segurança e o do agente de segurança. De acordo com a resolução, os dois cargos serão incluídos no artigo 5º do anteprojeto elaborado pelo GT de Carreira, que passará a ter a seguinte redação:

"Art. 5º Os cargos de provimento efetivo do Quadro de Pessoal do Poder Judiciário da União, possuem as seguintes denominações constantes do Anexo I desta lei:

I - Analista Judiciário;
II - Oficial de Justiça Avaliador Federal;
III - Inspetor de Segurança Judiciária;
IV - Agente de Segurança Judiciária;
V - Assistente Judiciário.
VI - Auxiliar de Apoio Judiciário.

Plenária mantém proposta do GT sobre as FC´s

A proposta de reduzir as FC´s e manter o número de CJ também gerou polêmica no plenário. A diretora do Sintrajud Inês Leal de Castro considerou o valor das comissões muito elevado: de R$ 4 a R$ 11 mil.

Para ela, as funções comissionadas são utilizadas pelas administrações para pressionar e até coagir os servidores. "Na minha opinião, deveria ser um valor simbólico e não representar um outro salário como está no anteprojeto. Defendo que a luta deve ser por aumento salarial e não por comissões elevadas", ressaltou.

Para a diretora do Sintrajud, a proposta, da forma como foi elaborada, privilegia os servidores que recebem comissões mais elevadas e prejudica os demais servidores. A proposta apresentada criava mais uma FC, mas reduzia o valor que variava de R$ 1 mil a R$ 5 mil.

Por 44 a 43, a plenária manteve o texto original. Entretanto, condicionou a aplicação de critérios para concessões de FC´s e CJ´s (ver quadro na página 03)

Principais propostas do anteprojeto do Plano de Carreira

COMBATE À TERCEIRIZAÇÃO

A proposta aprovada pelos servidores veda toda forma de terceirização, flexibilização, precarização e provimento derivado nas áreas de atividades, especialidades e atribuições contidas no Plano de Carreira.

Ficaram mantidas as formas de acesso, através de concurso público, em todos os níveis de escolaridade: superior, médio e fundamental, sendo criado o 4º cargo de auxiliar de apoio judiciário.

ASSÉDIO MORAL

Preocupados com os crescentes casos de assédio moral no local de trabalho, foi aprovado um artigo que inclui o combate a esse mal que atinge grande parte dos tribunais em todo país. De acordo com a proposta fica vedada toda forma de assédio vertical ou horizontal, através de remoção, relotação e disponibilidade e determina que todo ato de assédio deve ser nulo.

ATIVIDADE DE RISCO E PERIGO

As atribuições dos oficiais de justiça e agentes de segurança e transportes ficaram definidas como atividades de risco e perigosas.

DESENVOLVIMENTO NA CARREIRA

De acordo com a proposta, o desenvolvimento na carreira será composto por modelo de Progressão Vertical e Horizontal e promoção entre classes do mesmo cargo, sendo considerados na sua organização critérios de tempo no cargo e de capacitação

A progressão vertical anual será por tempo de serviço.

Progressão horizontal e promoção de área de atividade e especialidade, por capacitação.

CRIAÇÃO DO CONSELHO NACIONAL DE GESTÃO DE CARREIRA, TRABALHO E COMPETÊNCIAS

Para avançar na democratização do Judiciário, foi aprovada a proposta de criação do Conselho Nacional de Gestão de Carreiras, Trabalho e Competências. Os conselhos terão caráter consultivo, normativo e fiscalizador, que poderá definir instâncias subsidiárias, subordinação das áreas de gestão da carreira ao Conselho a partir dos Centros Gestores (parte do atuais RH´s) e criação dos grupos de referência como instâncias fiscalizadoras locais.

ESCOLA DE FORMAÇÃO

Os servidores reivindicam também a criação da Escola de Formação e Aperfeiçoamento da Carreira Judiciária, que estaria vinculada ao CNJ e subordinada às diretrizes do conselho. Essa escola será responsável pelos processos de capacitação e co-responsável pelo desenvolvimento. Além disso poderá estabelecer sucursais nos estados e contará com dotação específica.

ADICIONAL DE QUALIFICAÇÃO

O Adicional de Qualificação será desvinculado do cargo e da função. Ou seja, mesmo que o servidor tenha feito um curso de graduação que não corresponda à função exercida, ele terá direito a receber o AQ de 10%.

Não dependerá de relação direta entre a atividade, ou função exercida pelo servidor e objeto da atividade de formação. Foi aprovado também alteração no valor do AQ:

- Ações de treinamento – 10%
- Ensino médio – 10%
- Graduação – 10%
- 2ª graduação -15%
- 2ª especialização 15%
- Mestrado 20%
- Doutorado 30%

GAE e GAS

O valor da GAE (Gratificação de Atividade Externa) será de 35% sobre o maior vencimento do cargo e será devida exclusivamente aos ocupantes do cargo de oficial de justiça avaliador federal.

A GAS (Gratificação de Atividade de Segurança) será de 35% sobre o maior vencimento do cargo da área de segurança e transporte.

O projeto prevê ainda a garantia na aposentadoria e pensão da GAE e do GAS.

ADICIONAL DE PENOSIDADE

O adicional de penosidade é uma modalidade de indenização previsto no artigo 7º da Constituição Federal, que será destinada a todo tipo de atividade que, embora não cause efetivo dano à saúde do trabalhador, possa tornar sua atividade profissional mais sofrida. O adicional de penosidade corresponderá a 15% a ser calculado sobre o vencimento base do servidor.

PARIDADE NA GAE E GAS

A GAE (Gratificação de Atividade Externa) é devida também aos pensionistas ocupantes do cargo de oficial de justiça avaliador federal.

É devida, na sua integralidade, aos aposentados e pensionistas ocupantes do cargo de analista judiciário e assistente judiciário, área de atividade de segurança judiciária, a GAS (Gratificação de Atividade de Segurança).

FC E CJ´S

A ocupação de FCs e CJs se dará exclusivamente entre servidores de carreira do quadro efetivo.

Para o provimento das FCs e CJs serão adotados critérios objetivos e democráticos: cinco anos na carreira judiciária; aproveitamento satisfatório de curso específico de desenvolvimento gerencial; aprovação em processo seletivo interno de ampla divulgação; mandato de três anos sem recondução do cargo.

PARIDADE

Os servidores aposentados integrantes da Carreira Judiciária serão enquadrados no padrão de vencimento idêntico ao que se encontravam no momento da aprovação do projeto, no nível de capacitação V da última classe correspondente ao seu cargo.

As disposições gerais desta lei aplicam-se aos aposentados e pensionistas.

REAJUSTE VPNI (ANTIGOS QUINTOS)

De acordo com o projeto fica assegurada a atualização da VPNI.

Veja a íntegra do anteprojeto aprovado na XV Plenária da Fenajufe no site do Sintrajud: www.sintrajud.org.br

Anteprojeto aprovado na XV Plenária deve ser defendido na comissão interdisciplinar

Paralelo ao debate entre os servidores, foi criado em novembro do ano passado uma Comissão Interdisciplinar sobre Plano de Carreira no Judiciário. Essa comissão possui representantes dos tribunais superiores, conselhos de justiça, Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios, Fenajufe e Sindjus/DF. De acordo com informes da Fenajufe, a comissão analisa três propostas: dos servidores do Judiciário, do Sindicato dos Trabalhadores do Judiciário do Distrito Federal e dos tribunais superiores.

Para a Plenária, a proposta dos tribunais discutidas até o momento na comissão "nada mais é do que um PCS ampliado". Por isso, os servidores decidiram que a Fenajufe deve reapresentar a proposta de Plano de Carreira dos servidores com as alterações aprovadas na plenária.

Na XV plenária foi questionada também a participação do representante do Sindjus/DF, na comissão interdisciplinar, visto que os outros sindicatos não tiveram a mesma prorrogativa. Entretanto, ao final do debate ficou definido que o Sindjus continuará participando, mas o representante dos servidores e da Fenajufe será o diretor da federação Ramiro Lopez e que o projeto dos servidores é o aprovado na XV Plenária.

Mesmo sendo minoria na comissão, a plenária considerou importante continuar participando das reuniões da comissão, mas ao mesmo tempo avançar na mobilização.

Para o diretor do Sintrajufe/MA Paulo Rios, a categoria não deve se submeter as propostas das cúpulas dos tribunais. "Temos que chamar a mobilização para aprovarmos um plano que de fato represente os anseios dos trabalhadores. Todas as vitórias que obtivemos até aqui foram fruto de muita luta e organização dos servidores. Foi assim em todos os PC´s e agora não será diferente", disse.



Servidores aprovam o anteprojeto do Plano de Carreira

Confira o calendário aprovado na XV Plenária Nacional, em Manaus:

15 a 26/06 – Rodada nacional de assembléias nos estados, para discutir as mobilizações pelo Plano de Carreira.

17/06 – Dia Nacional de Lutas dos servidores federais, convocado pela Cnesf e pela bancada sindical, contra o PLP 92/07 [que cria as fundações estatais de direito privado].

08/07 – Dia Nacional de Luta e Mobilização dos servidores do Judiciário Federal e MPU pelo Plano de Carreira.

08 e 09/08 – Reunião ampliada com caráter deliberativo, para apreciar o Plano de Lutas discutido na XV Plenária Nacional.

14/08 – Indicativo de paralisação pelo Plano de Carreira.

Comissão interdisciplinar reúne-se com DGs

Próxima reunião entre comissões e diretores gerais será no dia 26/06

Na última terça-feira, dia 16, ocorreu a segunda reunião entre diretores e secretários-gerais do Judiciário e representantes da Comissão Interdisciplinar, com participação dos membros titulares Ramiro López [Fenajufe] e Roberto Policarpo [Sindjus/DF], dando continuidade a discussão em torno do anteprojeto do novo Plano Carreira da categoria.

FC

A reunião começou com a intervenção do Diretor-Geral do STM, Moisés Francisco de Souza, que em razão de não estar presente no encontro passado propôs rediscutir o artigo que trata da ocupação de Função Comissionada. Segundo a proposta, aprovada na reunião passada, as funções comissionadas seriam destinadas privativamente aos servidores integrantes da Carreira Judiciária, sendo 80% delas destinas para servidores do quadro dos órgãos do Poder Judiciário.

Moisés pediu a retomada da redação original, da Lei 11.416/06, ao menos no âmbito da Justiça Militar, porque, segundo ele, ela já representou um grande avanço. Em seguida, o Diretor-Geral do TST, sob o argumento de que a interiorização da Justiça do Trabalho ficaria inviabilizada, subscreveu a proposta do STM. Ramiro contra-argumentou dizendo que é preciso discutir essa distorção em que há tribunais com mais FCs do que servidores de carreira na justiça do trabalho. Sobre a JM, enfatizou que a Fenajufe reconhece as particularidades do STM, porém ressalta a necessidade de trabalhar uma fase de transição, buscando a exclusividade das funções para a carreira.

Roberto Policarpo sugeriu então avançar um pouco nessa situação de modo que, ao menos, 80% das FCs sejam destinadas aos servidores do órgão e não apenas da carreira. A proposta entrou em votação e, em virtude do empate [4 a 4], a Comissão ficou de analisar os impactos dessa proposta na JM enquanto que a JT irá levantar dados sobre as conseqüências dessa mudança. Na próxima reunião esses estudos serão apresentados e os DGs irão definir a redação em relação as FCs que entrará no plano.

AQ, GAE, GAS

Em relação à proposta do reajuste do Adicional de Qualificação, em razão da solicitação, feita por alguns diretores, do impacto que isso causaria no conjunto do plano e do comparativo deste auxílio com outras carreiras, esse tema ficou para a próxima reunião, assim como a incidência da GAE e da GAS sobre o último padrão, que também carecem de estudos orçamentários. Em razão do tempo, o debate em torno da Escola de Formação e do Conselho Consultivo também foi adiado.

CARGO AMPLO

O debate sobre cargo amplo ficou para a próxima reunião, dia 26/06. O presidente da Comissão, Amarildo de Oliveira, ainda está em processo de coleta de material para embasar essa discussão, visitando órgãos que já implantaram esse sistema.

TABELA

No final da reunião, foi exposto, de forma ainda superficial, as propostas de tabela salarial que foram construídas a partir da necessidade de equiparação com carreiras do Poder Executivo, que já tiveram seus novos vencimentos garantidos a partir de 2010. Segundo a maioria dos DGs, o impacto orçamentário segue crescimento proporcional ao plano anterior. Na próxima reunião será apresentada a proposta de tabela consolidada e discutida as demais questões pendentes.

Informação da Fenajufe

